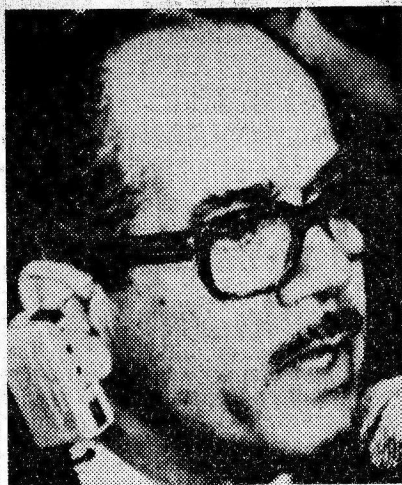


Cartagena fortalece a posição argentina e tese da diplomacia

FÁBIO PAHIM JR.
Enviado especial

A "Declaração de Cartagena" é uma peça antes política do que econômica, por mais que tenha havido o esforço de redigir um documento de negócios, como era objetivo específico da diplomacia. De qualquer forma, o peso maior veio exatamente das chancelarias, cujas preocupações são, de certa maneira, diferentes das dúvidas das autoridades econômicas.

Essa distinção ficou porém bem clara e, pelo tom do documento, os ministros da Fazenda não precisarão preocupar-se muito: não há acusações propriamente ditas aos bancos internacionais, que são os principais financiadores dos países, mas sim aos governos. E, afinal, os juros — cujo nível acelerou a crise latino-americana — dependem mais dos governos dos países desenvolvidos, a começar do governo norte-americano, do que dos bancos.



Arquivo

Galvêas: ajuste nos EUA

Tratamento simétrico e corresponsabilidade foram expressões cunhadas pela diplomacia para dizer aos governos dos países desenvolvidos que não só a América Latina deve pagar pelos níveis de juros e que, para gerar recursos necessários ao serviço do endividamento, é preciso ter mais espaço para exportar e menos barreiras. "Os Estados Unidos precisam fazer seu ajustamento industrial, que é muito diferente do nosso", afirmou o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas. Para a autoridade, as chapas grossas de aço norte-americanas já não podem competir, porque aí "temos tecnologia e vantagem comparativa. Eles precisam fazer um ajustamento para partir para outras coisas. Não há simetria neles".

Prometendo negociações individuais, o que equivale a reiterar que não haverá cartel nem mesmo um clube, o documento não cria embaraços para os negociadores das dívidas, que vão sentar-se menos com os governos e mais com os bancos. Mas os executivos latino-americanos, ou seja, o núcleo político principal, assessorado ou não pelas chancelarias, precisarão avançar na tarefa de pressionar os executivos dos países desenvolvidos.

A "Declaração de Cartagena", enquanto documento de negócios, é mais longa e menos objetiva do que se poderia esperar. É preciso entender, porém, que nem todos os países, como o Brasil e o México, detêm esse **know-how**. Ainda não foi possível, por exemplo, evitar propostas relativas a preços de matérias-primas, o que não são temas diretamente relacionados com questões financeiras, às quais se ligam, somente, pelo fato de que é o nível de juros que regula os estoques: quanto menores forem os juros, mais disposição haverá de constituir estoques, favorecendo a produção em detrimento da atividade financeira.

A proposta de eliminar as principais condicionalidades, ou critérios do Fundo Monetário Internacional para conceder empréstimos ou principalmente aprovar programas de ajuste, é uma das mais críticas declarações de Cartagena. Afinal, a América Latina quer nada mais nada menos que romper as barreiras do sistema financeiro pela discussão dos critérios do seu auditor privilegiado, o FMI. É difícil que se consiga muito nessa área, e com menores ganhos financeiros, como se prevê ante a deterioração dos ativos dos devedores e, portanto, dos próprios bancos internacionais. O mundo desenvolvido hesitará muito em substituir seu auditor.

Para contrabalançar essa crítica às condicionalidades, que é uma crítica direta às bases da atuação do FMI, os onze países latino-americanos defendem mais recursos para o fundo e a criação de um novo financiamento, para compensar as flutuações das taxas de juros.

Com a designação de Buenos Aires para sede de uma nova reunião sobre a dívida latino-americana, os argentinos acabaram saindo com um respaldo moral do encontro de Cartagena, eles que estão às voltas com uma renegociação que pretende exatamente quebrar as regras do FMI, ou então obter dos bancos internacionais um acordo que dispense a figura do auditor, o que viria a dar no mesmo. Essa aproximação com as posições argentinas é basicamente originária das chancelarias, e não das autoridades econômicas, que no caso do México e do Brasil já estão tendo seu trabalho facilitado pela recuperação expressiva das contas externas. O México está negociando seus compromissos agora e o Brasil espera poder negociar melhor no segundo semestre, quando as reservas cambiais deverão ser mais positivas e os recursos em caixa, superiores a quatro bilhões de dólares.

A criação de mecanismos de consulta representa o seguimento à reunião de Cartagena, mas certamente um grande mecanismo de pressão deveria ser montado dentro dos países desenvolvidos para amparar e manter no noticiário as teses e os objetivos latino-americanos. Da eficiência da comunicação do problema aos governos dos países credores e do grau de preocupação de que se virem tomados dependerá a rapidez das soluções.